

GÊNEROS E SEXUALIDADES: ENTRELACES NA FORMAÇÃO DOCENTE E NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Sirlene Mota Pinheiro da Silva¹

Jónata Ferreira de Moura²

Márcia Aparecida Amador Mascia³

Esta seção temática da HORIZONTES elege o tema Gêneros e Sexualidades como campo de publicação de pesquisas teóricas e/ou empíricas. Os termos no plural remetem-nos à necessidade de entendermos que não existe só um tipo de gênero e sexualidade, e nem mesmo o dualismo quando nos referimos ao gênero e à sexualidade. Essas categorias são entendidas por nós como grandes temáticas em movimento, pois não estão fixadas em um espaço-tempo, elas acompanham o desenvolvimento do ser humano, são produtos discursivos e se configuram a partir do poder-fazer, do saber-fazer, do saber-ser e dos modos de ser e fazer de professores e professoras, educadores e educadoras sociais, de outros profissionais, da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Queer, Intersexuais, Assexuais, dentre outras diversidades (LGBTQIA+) e de diferentes pessoas que afetam e são afetadas pelas discussões de gêneros e sexualidades.

Sabemos que ainda é fortemente presente o discurso heteronormativo em nossa sociedade, o qual “instaura uma concepção binária que distingue o que é lícito daquilo que é ilícito no contexto da sexualidade, organizando conhecimentos sobre as práticas e saberes corporais” (SILVA, 2019, p. 42). Nesse sentido, o discurso atual heteronormativo tenta controlar a sexualidade e atende a determinado grupo social.

Contrário ao discurso heteronormativo, esta seção temática tem como ponto chave os entrelaces entre os estudos de gêneros e sexualidades, formação acadêmica de professoras e professores e suas práticas pedagógicas; ou seja, evidencia o fazer docente que perpassa as

¹ Universidade Federal do Maranhão, São Luís/Brasil. E-mail: sirlene.mota@ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/Brasil. E-mail: jf.moura@ufma.br

³ Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo/Brasil. E-mail: marciaaam@uol.com.br

discussões de gêneros e sexualidades, o *métier* docente que vela as discussões sobre essa temática e também aqueles que a tangenciam marcados no espaço-tempo, mas também na fronteira de nossas identidades.

É preciso deixar registrado que desde a última década do século XX, muitos dossiês ou seções temáticas que possibilitam a renovação de olhares e perspectivas teóricas em diversos campos, incluindo a Educação, foram propostos em diferentes revistas nacionais, com temáticas sobre Gênero, Sexualidade e Educação; Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar; Sexualidade, Gênero e Educação Sexual em Debate; Professores Homens na Educação Infantil; Gênero, Sexualidades, Política e Educação; Feminismos e as Relações de Gênero e Sexualidade; dentre tantos outros. Contudo, percebemos a necessidade de um que abordasse, além da formação docente, a relação com as práticas pedagógicas e os estudos sobre os gêneros e as sexualidades, no plural.

Assim, pensar e discutir a formação e as práticas pedagógicas nessa sociedade em constante mudança exige reflexão sobre a função social da escola e da prática cotidiana da professora e do professor em sala de aula. E a promoção de políticas educacionais públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação demanda, de um lado, medidas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade do atendimento aos grupos historicamente discriminados como: negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais. De outro, são necessárias ações que visem educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à discriminação.

Salienta-se que temos como base estruturante a implementação de diversos dispositivos legais e, principalmente, da Constituição Brasileira (1988), que se constitui em um dos objetivos fundamentais à promoção do bem de todos/as, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No cenário atual, após alguns avanços no debate e na legislação educacional sobre os temas gêneros, sexualidades e diversidades nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), tivemos o total apagamento às menções de identidade de gênero e orientação sexual no texto da Base Nacional Comum Curricular de 2017, refletindo o caráter contrário ao respeito à diversidade que o Ministério da Educação tem

assumido, dando espaço ao ultraconservadorismo no Brasil. Esse retrocesso é, portanto, um movimento antagônico às políticas públicas educacionais que sinalizaram para o reconhecimento das diferenças de gêneros e sexualidades em nosso país. Conforme análises de Cutrim e Silva (2022, p. 26):

A invasão de grupos religiosos e conservadores que foram eleitos para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de Vereadores não só excluíram algumas políticas públicas específicas para o trato das temáticas de gênero e sexualidade, como também criaram aparatos “legais” para proíbem os estabelecimentos escolares e seus profissionais em abordarem os temas acima, criando até a falácia da “ideologia de gênero”. Termo criado “discursivamente” que tenta desconstruir bases teóricas (estudos e pesquisas de universidades, ONGs e outros, sobre mulheres e LGBTQI’s) fazendo recortes tendenciosos no intuito de instaurar uma cultura de ódio, desrespeito, intolerância, violência e medo.

É preciso lembrar que não consideramos inválidas, nem tampouco desnecessárias discussões de cunho biológico e de saúde pública, denotando a questão das sexualidades, especialmente como resposta às demandas e problemas sociais, como gravidez na adolescência e aumento no índice de infecções sexualmente transmissíveis, contudo,

Reduzir estes conteúdos aos aspectos higienistas/saúde, distancia do proposto pela própria BNCC onde se espera uma abordagem em suas múltiplas dimensões visando à contemplação de diferenças, que inclusive poderiam apresentar-se em formas outras de vivenciar sua sexualidade, por isso é importante considerar as experiências dos sujeitos e possibilitar que o debate da sexualidade perpassasse também pela temática gênero negligenciado até mesmo na Base, mas não somente. (BESSA-OLIVEIRA; ORTIZ, 2020, p. 79)

Na primeira versão do documento da Base Nacional Comum Curricular (2015), constavam discussões sobre gêneros e sexualidades, entretanto na versão final (2017), elas foram apagadas, retiradas, o que, na visão de Bessa-Oliveira e Ortiz (2020), é um reflexo de uma visão conservadora que insiste na preservação de uma “família tradicional” reforçando o estereótipo de família única, reduz as vivências de sexualidade à reprodução, às infecções sexualmente transmissíveis, e gravidez na adolescência, evidenciando distanciamento entre a orientação proposta pelo documento e a vivência dos/as estudantes.

Quando se trata dos processos de formação docente e, mais especificamente, quando se trata da formação continuada que precisa articular-se com problemas que professoras e professores enfrentam em sua sala de aula, inúmeros são os desafios a serem encarados. Nesses processos, as relações de gênero, questões da sexualidade, diversidade de gêneros e sexuais estão presentes nos espaços escolares como inerentes à condição humana. Relações e diversidades que, muitas vezes, são silenciadas ou ausentes do currículo escolar e das práticas pedagógicas adotadas nas escolas.

A abertura do diálogo acerca da temática gênero e sexualidade pode conduzir à reflexão, de forma que as professoras e os professores contribuam para a formação das crianças e jovens, bem como sobre o entendimento acerca do contexto social em que estão inseridas/os, e sobre as imposições sociais sexistas sobre elas e eles, imposições essas que contribuem para a reprodução de falsos paradigmas e estereótipos históricos.

Entendendo a escola como lugar social que cria e recria identidades e além disso é um espaço generificado, ou seja, produzem-se, ou “engendram-se”, as relações de gênero (LOURO, 2014), vê-se a importância de inserir nesse contexto uma pedagogia sexual crítica, com objetivo de entender, problematizar e modificar as estruturas sexistas que vivemos.

Nesse sentido, nesta seção temática, estudiosas e estudiosos de diversos estados e regiões do país apresentam análises e reflexões de pesquisas teóricas e/ou empíricas que trouxessem como problemática as práticas pedagógicas e as formações docentes e suas relações com os estudos de gêneros e sexualidades a partir de perspectivas críticas e pós-críticas. Congregamos estudos que desvelam potencialidades, limitações, desafios, resistências, configurações, propostas e diálogos, afinal, ainda há muito o que fazer/falar/narrar/investigar sobre gêneros, sexualidades entrelaçando a formação de docentes e práticas pedagógicas em nosso país.

O artigo que abre a seção é intitulado *Em tempos de conservadorismo: pensar relações entre o “escola sem partido” e as questões de gênero e sexualidade nas escolas*. A autora e o autor tratam de proposições do movimento Escola sem Partido. O objetivo do texto é discutir enunciados que constituem, discursivamente, noções de gênero, sexualidade, escola e família, a partir das narrativas de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública e das ideias e

recomendações presentes no *site* do movimento Escola sem Partido.

No texto *Sexualidade, ética e feminismos: velhos e novos dilemas*, o autor destaca os campos que convergem na definição de comportamentos, atitudes e valores individuais e coletivos, por meio de pesquisa bibliográfica que tratam sobre questões da sexualidade. Em relação à ética sexual, são refletidas as possibilidades de as pessoas descobrirem e ressignificarem normas de conduta para si e para as outras pessoas. Por fim, são demarcadas as articulações entre os temas estudados e suas contribuições na efetivação de práticas pedagógicas que atentem tanto para as demandas individuais, quanto sociais.

Em seguida, no texto *Políticas Públicas de Gêneros e Sexualidades: proposta de formação continuada docente em rede com o uso da WebQuest*, as autoras discutem as Políticas Públicas de gêneros e sexualidades no Brasil e sua ausência na formação continuada de docentes, configurando-se como um desafio para a educação. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, no viés dos Estudos Culturais, as autoras apresentam uma proposta de formação continuada, por meio do uso de *WebQuest*, para docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para finalizar, as pesquisadoras reiteram que, a constatação de retrocessos no cenário político atual, de crise econômica e sanitária (Covid-19), nos faz repensar, conhecer e resistir, conscientes da necessidade de não perder o que já foi conquistado há muito custo, num movimento de continuidade coletiva.

O artigo *Reflexões sobre saúde sexual e sexualidade: abordagens práticas e a compreensão de professores do ensino fundamental II* apresenta resultados de uma pesquisa realizada com docentes de uma rede pública de ensino do sul de Santa Catarina. No estudo, o autor e as autoras perceberam que as temáticas voltadas à saúde sexual e sexualidade são abordadas apenas pelo currículo oculto das escolas, de forma não emancipatória e não intencional. Discutem a ausência de formação inicial e continuada que tratem sobre a educação sexual e destacam a colaboração do estudo desenvolvido na reflexão sobre a necessidade de se incluir a temática da sexualidade na formação docente para que possam ser "educadoras/es sexuais" intencionais e pautados num "paradigma emancipatório" que promova intervenções educativas comprometidas com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo de docentes e discentes.

Em *Poéticas visuais da contemporaneidade: gênero e sexualidade para o contexto escolar*, o autor e a autora tratam das práticas pedagógicas e suas relações com os estudos de gêneros e sexualidades, destacam a necessidade de discutir possibilidades curriculares para o ensino da temática, utilizando obras de arte de artistas mulheres contemporâneas e dialogando com referências bibliográficas da área. São apresentadas, de forma multidisciplinar, as obras de Rosana Paulino, Adriana Varejão e como elas podem vir a ser um ponto de partida para a reflexão sobre os feminismos e a diversidade sexual, destacando-se as urgências das temáticas e as possibilidades críticas da arte, uma forma de contribuir com a desconstrução de concepções estereotipadas e preconceituosas no espaço escolar.

O artigo intitulado *Educação sexual na escola: percepção dos gestores, professores e alunos numa perspectiva de dificuldades e relevâncias vivenciadas na escola* objetiva analisar compreensões de discentes e docentes sobre a sexualidade e educação sexual, destacando os desafios e a importância do tema para a instituição escolar. O autor realizou entrevistas com discentes, docentes e com a gestão de uma escola da Província de Manica, localizada na cidade de Chimoio-Moçambique. Dentre os resultados, destaca-se que existe um número significativo de discentes que ainda são leigos quando se trata de assuntos voltados à sexualidade e educação sexual. E os/as docentes têm receio em abordar tais assuntos, devido ao preconceito sobre a temática, além da ausência de capacitação com abordagem teórica sobre o assunto para os profissionais da escola.

No texto *Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente*, as autoras desenvolvem uma pesquisa empírica numa escola de assentamento em área de Reforma Agrária no estado do Paraná. Examinam as formas como as questões de gênero e sexualidade são compreendidas e trabalhadas no cotidiano escolar, destacando-se algumas dimensões da formação humana no contexto da Educação do Campo. Tomam como base as percepções de professores/as, da equipe pedagógica e direção da escola, por meio da observação participante. Dentre os resultados obtidos, destacam-se o desvelamento de limites, mas também algumas possibilidades de mudança.

O artigo *Violência contra LGBTQIA+ no Brasil: práticas pedagógicas como instrumento/ação de prevenção* nos traz reflexões sobre os alarmantes números de casos de

violência contra pessoas LGBTQIA+, destacando que este fato requer da sociedade práticas de prevenção e combate dessas violências. O autor e as autoras realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental que objetiva discutir práticas pedagógicas como instrumento/ação de prevenção e combate a LGBTQIA+fobia. Ressaltam que as práticas pedagógicas exercem importante papel na formação humana, no sentido de compreender que a vida coletiva deve ser vivida com empatia e humanidade, sendo necessária a realização de encaminhamentos didáticos que incorporem ações de prevenção à LGBTQIA+fobia.

No texto *Fronteiras de gênero e sexualidade na educação infantil: deslocamentos e produção de redes de vigilância*, as autoras buscam compreender como as práticas pedagógicas referentes às questões de gênero são produzidas nos cotidianos da educação infantil. A pesquisa, realizada com educadoras de uma instituição localizada em uma cidade da Bahia, apresenta as produções das professoras, que evidenciam que mesmo havendo produção de práticas pedagógicas que intentam a constituição de uma base sólida para controle dos corpos infantis em torno das padronizações de gêneros e sexualidades, a aprendizagem e o ensino com as crianças possibilitam deslocamentos (auto)formativos, oportunizando a criação de outro território.

O artigo, *Bendito entre as mulheres: a presença masculina na Educação Infantil*, discute relações sociais de sexo entre docentes da Educação Infantil, de uma rede municipal do interior de São Paulo. O autor e a autora trazem reflexões resultantes de pesquisa qualitativa, documental e empírica, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com professores e professoras. As categorias analíticas, trabalho e gênero, foram articuladas aos relatos dos e das docentes, constatando-se a tensão e a vigilância das famílias e de seus pares sobre os homens professores da educação infantil. Paradoxalmente, suas práticas são mais valorizadas, quando comparadas às das mulheres professoras. Dentre os resultados, apontam que os preconceitos enfrentados pelos professores homens passam a ser convertidos em proteção e apreciação, além de serem responsáveis por reafirmar a reprodução da divisão sexual do trabalho e intensificar o trabalho feminino nas escolas.

Em seguida, no texto, *Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de Psicologia*, o autor e as autoras se valem da análise

discursiva para apresentar alguns efeitos de sentido sobre gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva interseccional nos projetos político-pedagógicos das graduações em Psicologia de 15 Instituições de Ensino Superior. A hipótese é de que mesmo buscando atender orientações normativas do Estado sobre a transversalidade dos direitos humanos nos currículos escolares, os cursos revelam o tácito acordo com o pacto narcísico da branquitude. O autor e as autoras chegam à conclusão de que gênero, raça, sexualidade e classe estão presentes, em grande parte, nos projetos político-pedagógicos apenas como resposta às orientações administrativas legais.

No artigo *A formação docente de professoras em Artes Visuais: caminhos narrativos para a compreensão das implicações do patriarcado*, as autoras apresentam discussões sobre o patriarcado na formação docente em Artes Visuais. Elas organizaram um minicurso como um espaço de diálogos e narrativas entre elas e as docentes participantes da investigação, com isso, analisaram a predominância de discursos patriarcais nos conteúdos imagéticos acadêmicos, por meio das escritas das professoras participantes do minicurso.

As autoras do artigo *A questão de gênero na docência em Engenharia* elegem as relações de gênero na constituição da engenheira-professora como tema central de sua investigação. Elas produziram os dados por meio de entrevistas narrativas com três engenheiras-professoras de Instituições de Ensino Superior privadas, passando por uma análise interpretativa e temática. Na visão das autoras, apesar de existir um processo de democratização, ainda que lento, em andamento, permanecem relações sexistas naturalizadas quando se avança nos níveis acadêmicos mais altos e, em especial, no exercício da docência em Engenharia.

No texto *Panorama das pesquisas sobre a participação das mulheres na construção da astronomia nos séculos XIX e XX*, a autora realiza uma investigação do tipo estado do conhecimento, a fim de avaliar a presença de produções científicas que tratem de contribuições femininas para a construção da Astronomia nos séculos XIX e XX. Para a pesquisadora, a contribuição feminina na produção do conhecimento em Astronomia, ao longo da História aparece, em geral, como periférica, ou até mesmo é omitida, mesmo que muitas vezes as mulheres tenham sido protagonistas na construção dessa ciência.

Finalmente, como editoras e editor desta seção temática, pesquisadoras e pesquisador das categorias gêneros e sexualidades, apresentamos a seção no intuito de oferecer à comunidade de investigadoras e investigadores, e formadoras e formadores mais uma publicação que congrega múltiplos olhares, perspectivas e interpretações para o campo de investigação e de debates intensos, bem como evidencia tendências, constructos e processos formativos privilegiados da temática gêneros e sexualidades.

Referências

BESSA-OLIVEIRA, M. A.; ORTIZ, M. dos S. BNCC – Caminhos e (Im)possibilidades para gênero: porque a educação escanteou as mulheres e seus corpos? *Educação em Revista*, Marília, v. 21, p. 73-88, 2020, Edição Especial.

CUTRIM, R. C. S.; SILVA, S. M. P. da. Gênero e sexualidades nas políticas educacionais e em práticas pedagógicas: tecendo breves considerações. In: SILVA, S. M. P. da; MACHADO, R. N. da S. *Gêneros, diversidades e inclusão educacional*. Curitiba: CRV, 2022, p. 17-34.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, S. M. P. da. Gênero e sexualidade em pesquisas e na formação continuada: a experiência do Maranhão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S.l.], v. 30, n. 1, 2019, p. 39-45. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/98. Acesso em: 12 jun. 2022.